

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 19 de julho de 2019, a Assembleia da República aprovou a Resolução 153/2019 “Recomenda ao Governo que crie um museu de Memória da Resistência ao Fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex -PIDE/DGS, no Porto, enquadrando -o numa Rede Nacional de Museus da Resistência”. A resolução, que aponta para a formalização de um espaço de memória antifascista na cidade do Porto e, por consequente, em toda a região do norte do país, foi um passo histórico na preservação do património de luta contra a Ditadura do Estado Novo. Essa mesma resolução, publicada em Diário da República n.º 160/2019, Série I no dia 22 de agosto de 2019 é o produto final das várias propostas contidas em Projetos de Resolução apresentados e discutidos na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da anterior legislatura, e onde o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teve um papel fundamental na apresentação da iniciativa (PJR 2134 (BE) - Criação da Rede Nacional dos Museus da Resistência e Instalação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto) que despoletou o debate em apreço.

A Assembleia da República recomendou, assim, ao Governo:

“1 — Disponibilize, através do Ministério da Defesa Nacional, o prédio da Rua do Heroísmo onde funcionou a delegação do Porto da ex -PIDE/DGS, e que encontre um novo local para a instalação do Museu Militar do Porto, em melhores condições para a realização da sua missão.

2 — Crie um novo Museu no Porto, de memória da resistência ao fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação do Porto da ex -PIDE/DGS.

3 — Garanta a valorização e o apoio à implementação do projeto museológico «Do Heroísmo à Firmeza» — Percursos da Memória na Casa da PIDE no Porto (1936/74), em curso.

4 — Envolve, neste processo, organizações representativas da resistência ao fascismo, como a «União de Resistentes Antifascistas Portugueses» e o Movimento Cívico «Não Apaguem a Memória».

5 — Crie a Rede Nacional de Museus da Resistência, em respeito pela autonomia do Poder Local, permitindo a articulação entre o Museu do Aljube — Resistência e Liberdade, de Lisboa, o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, de Peniche, e o futuro Museu da Resistência e

Liberdade, do Porto.”

A bem da verdade, já em 2008, a Assembleia da República havia aprovado a Resolução 24/2008 – “Divulgação às futuras gerações dos combates pela liberdade na resistência à ditadura e pela democracia”, onde se defende a criação de espaços musealizados em várias zonas do país no sentido de preservar a memória da luta contra o fascismo e ainda a promoção de eventos como roteiros nacionais e atividades educativas relacionadas com o tema. Esta Resolução da Assembleia da República foi aprovada por unanimidade.

O Museu do Aljube – Resistência e Liberdade é hoje uma realidade, um museu municipal dedicado à memória do combate à ditadura e à resistência em prol da liberdade e da democracia. A abertura do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, em Peniche, foi outro passo crucial para manter viva a memória desses anos e valorizar a vitória sobre a repressão da ditadura. Estamos hoje mais perto de poder ligar a ação destes espaços museológicos para uma articulação em rede que garanta a divulgação da memória histórica, bem como abrir espaço para mais investigação sobre este período.

Passado mais de um ano desde a aprovação e publicação das recomendações que a Assembleia da República dirigiu ao Governo, chegou o momento do Governo apresentar o ponto da situação, as diligências já tomadas neste âmbito. O crescimento dos autoritarismos, aliado a uma persistente desvalorização da memória histórica na luta contra o fascismo, tem produzido nas sociedades contemporâneas – à qual, a portuguesa não escapa – um sentimento de esquecimento geral e desconhecimento da nossa História mais recente, da importância da Democracia enquanto regime político das Liberdades e garantias. É função do Estado de Direito e dos órgãos que lhe dão corpo a preservação desses valores que a Revolução do 25 de Abril de 1974 tornou possível e, mais tarde, a aprovação da Constituição da República Portuguesa tornou realidade material e objetiva.

Ao fim de 40 anos de utilização do imóvel da rua do Heroísmo, 329/345 como Museu Militar do Porto, é tempo de restituir a totalidade do edifício à finalidade sempre desejada pelos ex-presos políticos, pelos resistentes e associações ou movimentos – um espaço de memória da resistência ao fascismo - e de atribuir ao Exército um outro espaço mais amplo e mais adequado à realização das missões fundamentais do Museu Militar do Porto consignadas no diploma seu fundador.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Ministério da Cultura, a seguinte informação:

- Todas as diligências já tomadas no sentido de cumprir a resolução da Assembleia da República 153/2019 “Recomenda ao Governo que crie um museu de Memória da Resistência ao Fascismo, no imóvel onde funcionou a delegação da ex-PIDE/DGS, no Porto, enquadrando-o numa Rede Nacional de Museus da Resistência”.

Palácio de São Bento, 15 de outubro de 2020

Deputado(a)s

LUÍS MONTEIRO(BE)

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)